



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA – IPRED

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às nove horas, teve início a Reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, realizada na modalidade presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

Titulares: Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Maria Aparecida Alves Campos, Fábio Gomes Peixoto. Suplentes: Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Ulisses Woczinski.

Suplente: Deusa Maria Rosa

INDICADOS:

III - Representantes do Poder Executivo: Membros titulares: José Pereira Barros, Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio Rodrigues. Membros suplentes: Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de Souza Seto.

IV – Representantes do Poder Legislativo: Titular: Lucas Nogueira de Araújo Souza. Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema: Titular: Katia Cheli Kanasawa. Suplente: Adriana Alves Luna.

Presentes:

Lucas Nogueira de Araújo Souza; Silvana Ferreira Caetano; Robson de Carvalho; Ana Cláudia Gonzales de Araújo; José Pereira Barros; Elaine Cordeiro da Silva Rigueira; Maria Aparecida Alves Campos; Rosana Bandeira Nalegaca; Kátia Cheli Kanasawa; Fábio Rodrigues; Fábio Gomes Peixoto.

Estavam presentes representando o Instituto, como servidores do mesmo, Sr. João Lopes Alves de Almeida, Diretor Financeiro e Sr. Rubens Xavier Martins - Superintendente.

PAUTA:

1- Aprovação da Prestação de contas do 2º Bimestre de 2023;

2- Comportamento da Arrecadação até maio de 2023 - Secretário de Finanças



Iniciou-se a reunião abrindo para perguntas quanto a prestação de contas apresentada na reunião ordinária de 21/06.

Sr. Lucas Nogueira questiona como é feita a previsão de receitas e despesas apresentada na prestação de contas.

Sr. João de Almeida esclarece que faz a projeção sobre o orçamento aprovado, as despesas de folha são divididas em 13 meses e as demais despesas em 12 meses, e essa prestação de contas é proporcional a 4 meses.

Sra. Silvana F. Caetano coloca a prestação de contas em votação, e inicia votando pela aprovação com as ressalvas apresentadas nas reuniões anteriores.

Sr. Robson de Carvalho aprova a prestação de contas e mantém as ressalvas da última reunião, acredita que a gestão tem o compromisso de liquidar ao máximo as pendências junto ao Instituto, e vem passando por uma série de problemas financeiros.

Sra. Ana Cláudia Gonzales vota pela aprovação das contas, entende que a gestão do IPRED está fazendo uma gestão de acordo com o que o Conselho vem solicitando, atendendo todas as demandas do Conselho. Mantém as ressalvas da reunião anterior. O Patrimônio Líquido vem reduzindo a passos largos, mas entende que a Gestão do IPRED tem uma limitação, que não depende dela os pagamentos em atraso e a cobrança tem que ser direcionada para o Gestor Municipal.

Sr. José Pereira aprova a prestação de contas e mantém as ressalvas anteriores já apontadas. Elogia a gestão do IPRED pelo empenho, sabe que o problema maior é o repasse, mesmo assim está conseguindo cumprir com as obrigações e pagamentos das despesas, e diz que precisamos cobrar do gestor municipal quanto aos repasses que estão em aberto, para que essas dívidas sejam sanadas.

Sr. Lucas Nogueira vota pela aprovação da prestação de contas, mantém as ressalvas e acompanha os apontamentos da Presidente do Conselho. Relata que analisando as despesas, não há discrepância na prestação de contas, mas na parte da receita encontra um problema, que é a dificuldade nos repasses, onde 40% das receitas vem dos parcelamentos, que quando não são pagos, o déficit cresce, por isso a necessidade de cobrar o prefeito, pois isso vai além da Gestão interna do Instituto.

Sra. Elaine Rigueira – aprova a prestação de contas com as ressalvas apontadas pela Presidente do Conselho.

Sra. Maria Aparecida Campos vota pela reprovação da prestação de contas, acha que é um conjunto, entende o esforço, mas ainda é pequeno e não está sendo suficiente, e hoje enxerga o IPRED como aquele filme “Não olhe para cima”, e enquanto a situação estiver assim votará pela rejeição das prestações de contas.

Sra. Rosana Nalegaca vota pela aprovação da prestação de contas, como um voto de confiança na Gestão do IPRED, e mantém as ressalvas mirando na Prefeitura, diz que é deles que precisamos cobrar o pagamento dos parcelamentos, pois é isso que vai aliviar a situação do IPRED.



Sra. Kátia Cheli vota pela reprovação da Prestação de contas, pois a situação financeira do IPRED está na UTI em função do não repasse dos parcelamentos. O acordo 349 tem 07 parcelas em atraso, os acordos 308, 960 e 968 estão com 12 parcelas em atraso somando um total de R\$ 53 milhões, temos os R\$ 343 milhões ainda não repassados ao IPRED da parte da alíquota suplementar referente ao período de maio de 2018 a 01/01/2021, somando chega a R\$ 397 milhões, e a dívida herdada do Governo Lauro no valor de R\$ 300 milhões que ainda não foi objeto de parcelamento.

Sr. João de Almeida esclarece que desses R\$ 300 milhões foram reparcelados a parte patronal, porém a parte suplementar e suas atualizações ainda não.

Sr. Fábio Rodrigues vota pela aprovação e acompanha as ressalvas já apontadas.

Sr. Fábio Peixoto vota pela reprovação das contas, acompanhando as observações feitas pela Sra. Kátia Cheli, solicita que apreciemos o encaminhamento de ofício para os órgãos competentes.

A Prestação de Contas foi aprovada por 08 (oito) votos e teve 03 (três) votos contrários.

Sra. Ana Cláudia Gonzales relata que estava aguardando a reunião de hoje e dada a situação dos valores em atraso chegando a R\$ 53 milhões, aponta a necessidade de recorrermos a instâncias superiores, ou seja, ao Ministério Público.

Sra. Maria Aparecida Campos lembra que solicitamos uma conversa com o Prefeito, e acredita ser prudente esperar essa conversa.

Sra. Ana Cláudia Gonzales fala que iremos aguardar a fala do Secretário de Finanças hoje, na apresentação que irá fazer ao Conselho, vamos ver se ele tem alguma resposta com relação aos parcelamentos do IPRED, se não tiver não temos como esperar mais.

Sr. Rubens Xavier Martins lembra que na reunião da semana passada ficou acordado que iremos convidar o Prefeito para comparecer a uma reunião com o Conselho na primeira quinzena de agosto, e ele já se colocou à disposição para comparecer.

Sr. Fábio Peixoto diz que tem confiança no Sr. Rubens e no Sr. João, percebe que estão empenhados em melhorar a situação do IPRED. Discorda quanto a esperar pela vindo do Prefeito, acha que o envio do ofício é por tudo que já aconteceu. Relata que se esperarmos, em agosto ele irá apresentar um plano para 06 (seis) meses, e no ano que vem ainda não teremos enviado o ofício. Diz que o ofício não é uma atitude extrema, e que extremo seria se solicitássemos ao Superintendente que oficiasse ao Banco do Brasil o resgate dos débitos. Entende que temos uma disputa de orçamento, que vai para aqueles que não podem esperar, por isso precisamos nos movimentar. Precisamos equilibrar as contas, e parar de resgatar das nossas aplicações.

Na sequência tivemos a presença do Secretário de Finanças, Sr. Francisco Funcia, para apresentação do Comportamento da Arrecadação até o mês de maio de 2023.



A questão previdenciária está relacionada a política municipal. Portanto ela é uma das ações que o Governo tem que dar conta.

A partir do mês de março tivemos uma queda abrupta de receitas, inclusive no mês de abril, nunca vista antes, vamos trazer alguns elementos que nos permitem mais ou menos entender o que aconteceu, mas ainda não temos clareza sobre o tamanho desse problema, se é só a queda na atividade econômica ou se tem alguma outra variável que contribuiu também especificamente na movimentação de algum setor da economia. Identificamos que a região do ABC apresenta um dinamismo econômico diferente da região metropolitana, apresentando o pior resultado em termos de dinâmica econômica no primeiro trimestre de 2023.

Não ter certificado de regularidade previdenciária desde que assumimos nos traz sérios problemas, inclusive para própria equação da situação financeira do IPRED, pois estamos impedidos de pegar financiamento de outras esferas de governo. Não consigo buscar uma solução só olhando para dentro do tesouro, se viessem fontes de financiamento que me permitissem ampliar com fontes estaduais e municipais o custeio da saúde, por exemplo, eu conseguiria remanejar recursos do tesouro para alocar na previdência.

Temos outras ações de ordem política que estamos fazendo para termos uma resposta para esse problema. Não depende exclusivamente de nós o resultado dessas coisas.

Até maio, tivemos três itens de receita que ficaram muito abaixo daquilo que esperávamos: ICMS, que individualmente é a principal receita da Prefeitura; Taxa de Resíduos Sólidos (TRS) que teve seu início de cobrança a partir de abril com vencimento em maio, além da inadimplência de até dois meses, se compararmos o ingresso dessa receita no período de janeiro a maio/22 com o mesmo período desse ano, tivemos uma queda de R\$ 10 milhões.

As ações para incremento da receita relacionadas às cobranças se iniciaram em junho, quando iniciou-se o contato com os devedores de valor até R\$ 60 mil, potencialmente são R\$ 17 milhões que serão cobrados, de uma dívida total de R\$ 2 bilhões, desses somente R\$ 800 milhões são cobráveis, pois temos muitos problemas com o Cadastro da PMD, em maio fizemos a cobrança das inadimplências dentro desse exercício financeiro, no IPTU a inadimplência é de 21%, pretendemos reduzir para 15%, temos um total de lançamentos de R\$ 250 milhões, 20% desse valor seria em torno de R\$ 50 milhões em atraso. Nós queremos reduzir de 20% para 15% essa inadimplência, e teremos R\$ 12,5 a 15 milhões de incremento na arrecadação de IPTU decorrente da redução de inadimplência.

Temos outras ações planejadas para o mês de julho, com a meta de elevar o incremento de receita de R\$ 36 milhões para R\$ 60 milhões no segundo semestre. Anteriormente essa receita incremental seria para custear novas ações de governo. Como estamos com uma frustração de receitas projetada de R\$ 200 milhões, ao invés de termos R\$ 1,8 bi teremos R\$ 1,6 bi considerando a arrecadação até maio, necessariamente essa ação



incremental decorrente das ações de cobrança não virão para outras novas ações, virão para atingirmos os R\$ 1,8 bi.

Tínhamos outra ação incremental de receita que era para as despesas de capital, basicamente investimentos. Tínhamos projetado R\$ 245 milhões aproximadamente em emendas parlamentares, financiamentos de políticas setoriais na Habitação, Saúde, Educação, Mobilidade Urbana, que estão difíceis de ocorrer, estamos buscando metade desse valor para a Saúde, pois essa é a maior despesa da Prefeitura, que caso ocorra ajudará resolver em parte, se entrar recursos para Saúde aquilo que estou gastando com o custeio, poderei alocar, por exemplo, para resolver os atrasos com o IPRED. Essa queda na receita do ICMS provocou queda na receita do FUNDEB, que tem como uma das suas fontes. Essa queda prejudica aquilo que a Educação programou pagar para pessoal, teremos R\$ 66 milhões de déficit nas receitas do FUNDEB versus despesa da Educação com FUNDEB. Essa parte de queda no Fundeb será custeada dentro dos 25%, ou seja, no Tesouro da Educação, se a educação não ajustar as demais despesas, a projeção é de que o gasto com Educação chegará a 31% de aplicação. Esse mês não conseguimos pagar todo salário da Educação somente com FUNDEB, tivemos que alocar Tesouro para cobrir essa despesa, nesse mês complementamos aproximadamente R\$ 4 milhões com recursos do Tesouro para pagamento da folha da educação. Tivemos que antecipar parte do decencial da educação de julho agora em junho. Pela primeira vez estamos com atraso no pagamento com os fornecedores da Educação.

Considerando ajustes sazonais, um dos problemas na queda do ICMS é que na região metropolitana de SP o PIB no primeiro trimestre cresceu 0,8%, no município de SP que é o principal integrante da Região Metropolitana de SP, o PIB cresceu 0,7%, na Região de Guarulhos cresceu 0,7%, a região de Osasco cresceu 1% e na Região do ABCD caiu 0,4%. Esses são dados da Fundação SEADE.

PIB Região Metropolitana de São Paulo

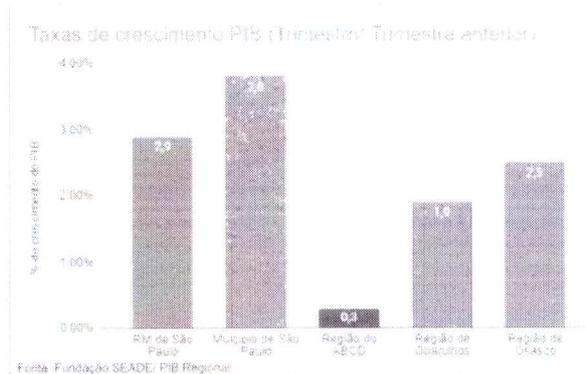


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



Quando comparamos a taxa de crescimento do trimestre em relação ao trimestre anterior, RM de SP cresceu 2,9% no primeiro trimestre contra o trimestre anterior, o município de SP 3,8%, a Região do ABCD cresceu 0,3%, Guarulhos 1,9%, Osasco 2,5%. Esse quadro demonstra o trimestre sem o ajuste sazonal.

PIB Região Metropolitana de São Paulo

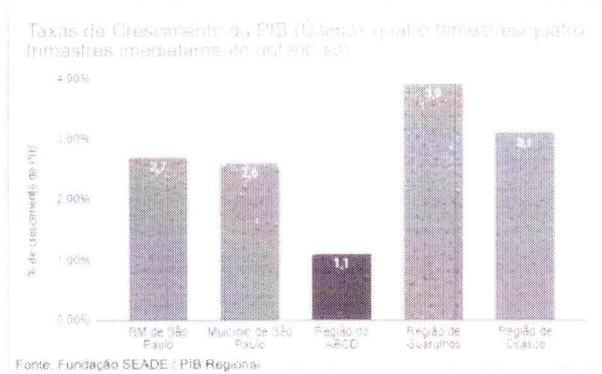


Quando comparamos o acumulado ao longo do ano, no mesmo período do ano anterior, novamente o mesmo resultado aparece, ou seja, o baixo dinamismo da Região do ABCD. Quando comparamos os últimos 04 trimestres, ou seja, levo em conta o segundo trimestre, terceiro trimestre, e quarto trimestre de 2022 e primeiro trimestre de 23, anualizando, percebemos que a Região do ABC continua apresentando baixo dinamismo, a Região Metropolitana de SP apresentou crescimento de 2,7% e o ABCD apresentou 1,1%. Esse resultado está interferindo em parte na arrecadação de ICMS desse ano. O que nos preocupa mais é que esse desempenho vai interferir no cálculo do valor adicionado para o ano que vem, referente aos dados de 2023, porque o indicador do valor adicionado é o principal componente para medir o índice de participação dos municípios no ICMS, se os municípios da região do ABC tem um dinamismo menor do que o resto do Estado, nosso índice vai cair, vai diminuir a nossa participação na arrecadação do ICMS a partir de 2025, por que se calcula a média de dois anos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



PIB Região Metropolitana de São Paulo



Os dados referentes ao IPTU, arrecadamos de janeiro a abril/2022 o valor de R\$ 109,37 milhões, no mesmo período de 2023 arrecadamos R\$ 123,16 milhões, o que representa um incremento de 12,60%. De janeiro a maio/23 comparada ao mesmo período de 2022, foi 14% maior, mostrando que tivemos uma pequena recuperação na receita de IPTU em maio/23, comparativamente até abril, mas iremos perceber que em relação ao projetado para o ano, teremos frustração nessa receita.

IPTU Comparativo



Item	Jan-abr/22	Jan-abr/23	Dif. 23/22	Variação 23/22
IPTU	109,37	123,16	13,79	12,54%

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



Item	Jan-mai/22	Jan-mai/23	Dif. 23/22	Variação 23/22
IPTU	119,03	135,67	16,64	14,00%



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below.



Foram previstos R\$ 245,49 milhões a serem arrecadados, considerando os dados até maio chegaremos em R\$ 217,54 milhões, 11% a menos. Uma das ações de cobrança será cobrar aqueles que não estão pagando em dia, e não somente da dívida ativa, com isso podemos chegar a uma arrecadação de R\$ 232 milhões.

IPTU Comparativo

IPTU Comparativo Prevista LoA - Projeção Base Maio/23



Item	Receita Prevista LoA	Projeção 2023 - Base Maio/23	Dif. LoA - Projeção	Variação %
IPTU	245,49	217,54	-27,95	-11,40%

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



A receita prevista do ICMS era de R\$ 521,97 milhões, considerando que arrecadamos até maio R\$ 425,82 milhões, apresentando uma frustração de receita de R\$ 96 milhões, caso esse comportamento se mantenha, o que representaria 18% a menos.

ICMS Cota-Parte Comparativo

ICMS Cota-Parte Comparativo Prevista LoA - Projeção Base Maio/23



Item	Receita Prevista LoA	Projeção 2023 - Base Maio/23	Dif. LoA - Projeção	Variação %
ICMS - Cota-Parte	521,97	425,82	-96,15	-18,40%

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema

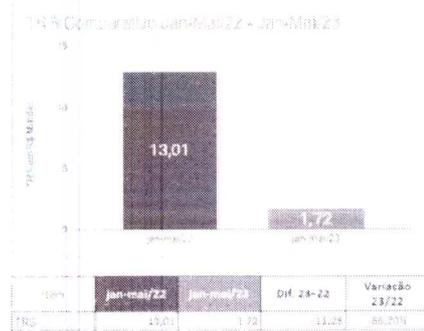
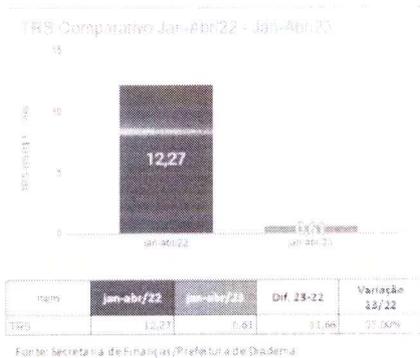


Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials like 'P', 'R', 'S', 'M', 'L', 'J', 'K', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z'.



No caso da TRS – Taxa de Resíduos Sólidos, de janeiro a abril de 2022 arrecadamos R\$ 12,27 milhões, de janeiro a maio/2022 arrecadamos R\$ 13,01 milhões, nos mesmos períodos de 2023 arrecadamos R\$ 600 mil e R\$ 1,72 milhão, respectivamente. Considerando que a arrecadação de maio entrará em junho, iremos totalizar no semestre R\$ 3,3 milhões, contra R\$ 13,01 milhões arrecadados no primeiro semestre de 2022, portanto temos uma perda de R\$ 11 milhões no trimestre em relação ao ano passado. Projetávamos para o ano R\$ 37 milhões a serem arrecadados a partir de janeiro, mas a lei foi aprovada em dezembro de 2022, tivemos a noventena, a cobrança iniciou em abril, o que justifica uma parte da queda dessa receita, a outra parte diz respeito a metodologia da arrecadação, na cobrança na conta d’água temos 20 lotes de lançamento, ou seja 20 datas de vencimento diferentes, os lotes finais de entrega ficaram com vencimento para maio, além das contas pagas em atraso. Estamos esperando arrecadar R\$ 27 milhões/ano com a TRS. Estamos em diálogo com a SABESP para entendermos o valor de maio repassado referente abril, e de junho referente a maio, os valores estão incompatíveis com a inadimplência que a SABESP alega ter nas suas contas. Como a TRS é cobrada na Conta de Água, não é possível a inadimplência da SABESP ser diferente da TRS.

Comparativo Taxa de Resíduos Sólidos



[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]



Comparativo Taxa de Resíduos Sólidos



O total da receita projetada era de R\$ 1,8 bi, e considerando a projeção feita com base na arrecadação da receita até maio chegaria a R\$ 1,6 bi. As receitas que estão tendo comportamento positivo, por exemplo a retenção do Imposto de Renda que a Prefeitura faz, tanto dos funcionários quanto dos fornecedores em geral, desde agosto de 2022 quando foi editada uma Instrução Normativa da Receita Federal, que permitiu que cobrássemos IR dos fornecedores de bens e serviços, e não somente dos prestadores de serviços, isso aumentou a receita nos últimos 05 (cinco) meses, e terá efeito pleno esse ano, tínhamos previsto R\$ 93 milhões, mas com o que arrecadou, de janeiro a dezembro/23 devemos chegar a R\$ 99 milhões. O IPTU está abaixo do previsto de R\$ R\$ 243 milhões, estamos projetando R\$ 239 milhões com base na arrecadação de janeiro a maio, o que representa 2,3% a menos. O ITBI, teve pequena queda, mas não temos governabilidade sobre ele. O ISS tinha uma previsão de R\$ 163 milhões e a projeção foi para R\$ 150 milhões, uma queda de 12,89%, essa receita tem crescido acima da inflação por conta do trabalho que nossa área tributária, especialmente a Divisão de Tributos Mobiliários, tem feito, temos ações para o segundo semestre que permitirá que a arrecadação chegue ao valor projetado. A dívida ativa seu valor projetado ficaria em R\$ 30 milhões, esperamos chegar em R\$ 66 milhões, aquela meta de R\$ 36 milhões a mais, ou se a meta for de R\$ 60 milhões de incremento, esperamos chegar a R\$ 90 milhões. O FPM é federal, previmos R\$ 141 milhões e a nova projeção é de R\$ 129 milhões, temos R\$ 11 milhões a menos, está diretamente relacionado a dinâmica da atividade econômica, não tanto quanto o ICMS, mas em parte. O ICMS tem R\$ 96 milhões a menos, para termos uma reversão disso seria preciso ter uma melhoriana atividade econômica. IPVA está com comportamento acima do previsto, a previsão inicial era de R\$ 71 milhões e a nova projeção está em R\$ 83 milhões. O FUNDEB estimávamos arrecadar R\$ 243,91 milhões, esperamos fechar em R\$ 204 milhões, R\$ 40 milhões a menos. FNDE está dentro do previsto, com uma diferença de 1,7%. O SUS Federal, esperamos receber recursos, temos uma ação junto ao Ministério da Saúde, pois se Diadema aplica 35 a 38% das suas receitas em Saúde, temos o piso da

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



enfermagem e sai uma portaria para compensar os municípios financeiramente, municípios que estavam pagando abaixo do piso receberão compensação financeira para assumir essa despesa, os municípios que já pagavam acima do piso serão penalizados. Estamos pleiteando uma espécie de compensação financeira para os municípios que já estão dentro da legislação. Nesse sentido estamos envolvendo a Frente Nacional dos Prefeitos. A CIP tinha previsão de R\$ 28 milhões, fizemos uma revisão que teve início na cobrança em abril, devido a noventena, por isso temos uma defasagem de 03 (três) meses. A taxa de lixo tem previsão de arrecadarmos R\$ 10 milhões a menos, só terei certeza desse número após a arrecadação de junho/julho. As multas de trânsito tínhamos R\$ 48 milhões de expectativa, por enquanto estamos com R\$ 36 milhões, uma parte dessa receita, por força da EC 93 pode ser desvinculada até 30% para financiar outras despesas como dívida, na área de transporte, trânsito, com essa queda a desvinculação que esperávamos ser em determinada magnitude não será. A receita de aplicação financeira, devido a alta taxa de juros, temos uma rentabilidade maior, na elaboração do orçamento, achávamos que a taxa de juros iria cair, por isso fizemos uma projeção menor. Essa taxa joga a atividade econômica para baixo, a empresa tem a opção de aumentar investimentos, contratar mais funcionários para aumentar a produção, ou manter como está e aplicar no mercado financeiro. As demais receitas correntes se mantiveram estáveis.

Receita Projeção Maio/23

Receita PMD - Principais Itens - Receita Prevista 2023 x Projeção 2023 - maio/23

Itens da Receita	Receita Prevista*	Projeção maio/23 (5/23)	Dif. Projeção Receita Prevista	Dif. % Projeção/Rec. Prevista
Receita Corrente	1.895,81	1.710,11	-185,71	-9,8%
Receita Base de Cálculo: [(I x II) + III]	1.804,65	1.594,68	-209,97	-11,6%
Impostos (II)	573,77	549,11	-24,64	-4,3%
IR	91,00	90,21	-0,79	-0,9%
IPTU	245,49	234,31	-11,19	-4,5%
ITBI	31,12	30,49	-0,63	-2,0%
ICM	363,96	352,41	-11,54	-3,2%
IPTU - Dinco Ativo		18,90	18,90	100,0%
ITBI - Dinco Ativo	0,00	0,511	0,511	41000,0%
ICM - Dinco Ativo	33,40	30,30	-3,10	-9,3%
Transferências Constitucionais Federais/Estaduais (III)	738,09	640,56	-97,53	-13,2%
FPM-Cota-Parte	143,19	129,47	-13,69	-9,5%
IR - Cota-Parte	0,00	0,00	0,00	0,0%
ICMS - Cota-Parte	621,47	485,82	-135,65	-21,8%
IPVA - Cota-Parte	33,27	83,85	50,58	152,0%
IR - Cota-Parte	0,15	1,82	1,67	1046,7%
Outras Receitas Correntes	385,95	520,42	134,47	34,9%
FUNDEB	243,91	254,87	10,96	4,5%
FUNTS - SALLERNE	29,40	27,82	-1,58	-5,4%
SUS FEDERAL	121,25	133,23	11,98	9,9%
CAF	28,00	23,59	-4,41	-15,7%
Taxa de Cobrança de Lixo	17,00	23,30	6,30	37,0%
Demais Taxas	7,52	9,41	1,89	25,1%
Multa de Trânsito	46,89	36,33	-10,56	-22,5%
Receita de Aplicação Financeira	10,75	13,44	2,69	24,9%
Demais Receitas Correntes	17,19	16,91	-0,28	-1,6%
Receitas de Capital	87,82	72,99	-14,83	-16,9%
Deduções FUNDEB	141,47	128,11	-13,36	-9,4%
Receita Total após as Deduções	1.836,01	1.682,16	-153,85	-8,4%



Fonte: Secretaria de Finanças/Secretaria de Orçamento
 Nota: Na receita prevista em 2023, as deduções por bens alienados em favor do Fisco foram de R\$ 141,47.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No primeiro bimestre/2023 tínhamos uma receita projetada de R\$ 328 milhões, arrecadamos R\$ 353 milhões, tem uma carga grande dos pagamentos das parcelas únicas de IPTU, IPTU, mas foi acima do previsto. No segundo bimestre entrou R\$ 46 milhões a menos do que prevíamos, principalmente o ICMS que rebateu sobre o FUNDEB. Não esperávamos que a inadimplência de IPTU fosse nesse nível de 21%, esperávamos ter algum resultado nas ações de cobrança que ajudariam na nossa



arrecadação normal, mas não aconteceu. No quadrimestre tivemos uma frustração de receita de R\$ 22 milhões.

Receita comparativo

Comparativo Receita Projetada (Decreto de Abertura 2023) x Receita Realizada - Posição até Maio/23

item	1º Bimestre	2º Bimestre	1º Quadrimestre
Receita Projetada	328.894.520,07	271.721.356,83	600.615.876,90
Receita Realizada	353.419.729,71	224.924.629,74	578.344.359,45
Diferença Receita Projetada - Realizada	24.525.209,64	-46.796.727,09	-22.271.517,45

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



12

As despesas do ensino, supondo que fique tudo como está, conforme dados até maio, anualizando a educação ficará em 31,48%, pois o tesouro tem que assumir o déficit do FUNDEB. Estamos trabalhando com cenário de queda de arrecadação do FUNDEB em R\$ 40 milhões, mas ainda assim ficará acima dos 25%.

Receitas e Despesas Ensino

RECEITAS E DESPESAS DO ENSINO - DESPESA EMPENHADA			
Até maio, PROJEÇÃO ANUAL 2023			
RECEITAS	ACUMULADO	DESPESAS	ACUMULADO
IR	99.210.943,54		
IPDU	239.297.298,85	TOTAL DESPESA Empenhada do ENSINO ATÉ MAIO	155.468.816,22
ITBI	30.489.020,96	PREVISÃO FOLHA ENSINO (JUNHO A DEZ)	26.970.000,00
ISS	150.159.182,81	DEFICIT FUNDEB Projeção Anual	85.362.114,35
IPDU - Dívida Ativa	18.900.000,00	(-) Despesas e Rendimentos de Aplicações (Conta LDB)	1.421.227,41
ITBI - DÍVIDA ATIVA	821.724,73		
ISS - Dívida Ativa	10.200.000,00	(=) TOTAL DESPESA COM RECURSOS PRÓPRIOS	246.379.703,16
FPM - Cota-Parte	179.470.404,92		
ITR - Cota-Parte	149,88	(=) Valor Retido ad FUNDEB - proj. Anual	128.111.145,76
ICMS - Cota-Parte	425.819.944,99		
IPVA - Cota-Parte	83.349.738,35	(=) TOTAL APLIC NO ENSINO ANUAL	374.490.848,92
IPI - Cota-Parte	1.015.490,68		
		PROJ ANUAL DE APLICAÇÃO NO ENSINO	31,48%
TOTAL RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	1.139.683.829,80		

Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



13

Na aplicação com recursos do FUNDEB, temos empenhado 7% acima da estimava de receita, o que deverá ser parcialmente anulado e empenhado no Ensino.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Fundeb

ACOMPANHAMENTO FUNDEB 2023

DESPESAS - PROJEÇÃO ANUAL	
MAGISTERIO	219.352.386,00
Percentual Empenhado	107%
OUTRAS DESPESAS	51.738.133,00
Percentual Empenhado	25%
TOTAL	271.090.519,00
Percentual Empenhado	132%

FUNDEB	205.723.386,43
DEFICIT	65.367.132,57

DESPESAS ATÉ MAIO	
MAGISTERIO	71.441.901,26
Percentual Liquidado até Maio	35%
OUTRAS DESPESAS	11.903.632,25
Percentual Liquidado até Maio	8%
TOTAL	83.345.533,51
Percentual Liquidado até Maio	33%

RESUMO:

Se a previsão do Fundeb se manter o Tesouro terá que assumir o 12% de R\$ milhões, sendo que este valor tem supera a aplicação dos 26% no Ensino. Fonte: Secretaria de Finanças/Prefeitura de Diadema



Com relação aos repasses feitos ao IPRED, fizemos um comparativo de 2018 a maio de 2023. Em 2021 temos esse valor a maior devido a antecipação de R\$ 20 milhões referentes a 2022. Demonstra que a contribuição patronal está bem acima do que vinha sendo pago nos anos de 2018 a 2020. A taxa de administração em 2023 terá um acréscimo pois aumentou o percentual. Em reuniões de governo, com as secretarias de governo, planejamento, jurídico, controladoria, administração, e o Prefeito, estamos tratando dessa questão previdenciária. Dos parcelamentos, se pegarmos os valores pagos até maio e projetarmos para o ano, não chegaremos ao valor pago em 2022, sendo que os R\$ 47 milhões pagos em 2022 já eram insuficientes, pois sobrou dívida de 2022 para 2023. O cenário é grave, se nada for feito, acaba o fundo de reserva do IPRED, e as aposentadorias e pensões irão todas para o caixa da prefeitura. Portanto não é solução deixar como está. O total dos acordos/mês é de R\$ 7 milhões mais cerca de R\$ 2 milhões de fluxo de caixa do IPRED, são R\$ quase 10 milhões/mês que não temos como pagar.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

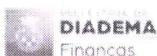


Repasses IPRED

Valores Anuais Repassados ao IPRED pela Prefeitura Municipal de Diadema (Valores Correntes)

ITEM	2018	2019	2020	2021	2022	2023 até Maio
Pagamentos Acordos IPRED - Total (I) = (a + b)	32.146.513,12	0,00	0,00	36.051.010,14	47.142.863,64	17.077.277,71
Contribuição Patronal (II)	25.424.834,35	26.796.829,08	25.778.654,02	66.293.444,56	33.086.249,52	24.190.000,00
Taxa Administrativa (III)	4.748.207,35	5.016.120,87	4.972.273,98	4.730.574,54	4.899.672,24	2.786.000,00
Subtotal (IV) = (I + II + III)	62.319.554,82	41.812.949,95	30.750.928,00	107.075.029,24	85.128.785,40	44.053.277,71

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Divisão de Contabilidade/FM/PMO



16

Sem mas, eu, Silvana Ferreira Caetano e Kátia Cheli Kanasawa declaramos que redigimos esta ata com término às 12 horas.

Diadema, 28 de junho de 2023.

Assinam a ata:

Ana Cláudia Gonzales de Araújo

Elaine Cordeiro da Silva Rigueira

Fábio Gomes Peixoto

Fábio Rodrigues

José Pereira Barros

Kátia Cheli Kanasawa

Lucas Nogueira de Araújo Souza

Maria Aparecida Alves Campos

Robson de Carvalho

Rosana Bandeira Nalegaca

Silvana Ferreira Caetano